

INTERNATIONAL SELF-REPORT DELINQUENCY (ISRD3): TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO AO CONTEXTO CABO-VERDIANO

INTERNATIONAL SELF-REPORT DELINQUENCY (ISRD3): TRANSLATION AND ADAPTATION TO THE CABO VERDIANO CONTEXT

Jorge Dias*, Rita Conde**, Nilton Formiga*** e Rui Abrunhosa Gonçalves****

Universidade do Minho, Portugal
Faculdade Maurício de Nassau em João Pessoa, Brasil

Recibido: 29 de octubre de 2013

Aceptado: 13 de agosto de 2014

RESUMO

O *International Self-Report Delinquency* (ISRD) tornou-se cada vez mais utilizado entre os investigadores para estudar a prevalência e incidência da delinquência e da criminalidade juvenil ao nível internacional. Em Cabo Verde os estudos sobre a delinquência juvenil são escassos, não existindo instrumentos empiricamente validados que permitam avaliar e caracterizar o fenómeno. O presente estudo tem como objetivo a tradução, adaptação e validação do ISRD-3 ao contexto cabo-verdiano. Descrevem-se os procedimentos adotados para a tradução e adaptação do instrumento, bem como os procedimentos de recolha e análise dos dados. A amostra foi constituída por 560 estudantes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 13 e os 21 anos, nas escolas secundárias (pública e privada) de Cabo Verde. Recorreu-se ao alfa de *Cronbach* para estimar a confiabilidade do instrumento. O resultado encontrado foi de 0.881 que assegura ser um indicador de uma boa consistência interna da escala. A partir dos resultados concluiu-se a validade do ISRD-3 adaptado para o contexto cabo-verdiano. Especificamente, trata-se de um instrumento com um grau de sensibilidade e precisão, condições que garantem a validade do instrumento.

Palavras-chave: Delinquência juvenil, autorrelato, adaptação, validação, especificidade cultural.

ABSTRACT

The *International Self-Report Delinquency* (ISRD) has become increasingly used among researchers to study the prevalence and incidence of crime and juvenile crime at the international level. In Cape Verde studies about juvenile delinquency are scarce, there are no empirically validated instruments that enable us to verify and characterize the phenomenon. The present study has as its objective the translation, adaptation and validation of the ISRD-3 to the Cape-Verdian context. Described are the procedures adopted for the translation and adaptation of the instrument, as well as the procedures of capture and data analysis. The sample was composed of 560 students of both sexes, between the ages of 13 and 21, in secondary schools (both public and private) for Cape Verde. It was resorted to *Cronbach's* alpha for estimating the reliability of the instrument. The result of 0.881 was found which claims to be an indicator of good internal consistency of the scale. From the results it was concluded that the validity of the ISRD-3 adapted to the context out-plan. Specifically, it is an instrument with a degree of sensitivity and precision, conditions that guarantee the validity of the instrument.

Key words: Juvenile delinquency, self-report, adaptation, validation, cultural specificity

* jorge.dias@adm.unicv.edu.cv *** nsformiga@yahoo.com
** ritaconedias@gmail.com **** rabrunhosa@psi.uminho.pt
LIBERABIT: Lima (Perú) 20(2): 335-351, 2014

Introdução

Cabo Verde fica situado no Oceano Atlântico, a cerca de 455 km do cabo com o mesmo nome, no extremo ocidental africano. Trata-se de um arquipélago de reduzida dimensão territorial (4,033 km), repartido por 10 ilhas e oito ilhéus, sendo 9 habitadas, integrando 24 cidades sob o poder central da administração das políticas públicas do país. Nos Censos de 2010 (Instituto Nacional de Estatística, INE, 2010), das 492 mil pessoas que vivem no país, aproximadamente 192 mil são crianças e adolescentes entre os 0 e os 17 anos, o que corresponde a quase 40% de toda a população do arquipélago. O país tornou-se independente em 1975 e, em menos de 35 anos, conseguiu alterar, consideravelmente, o seu contexto económico e social, passando a considerar-se um país de rendimento médio. Segundo o relatório da UNICEF (2011), a respeito do ranking do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde passou de 0.500 para 0.534 (PNUD, 2010). Em comparação com a média dos países da África subsaariana, Cabo Verde tem tido sempre um dos melhores desempenhos no IDH, quer na alfabetização, quer na garantia do acesso aos cuidados primários de saúde, quer no aumento da esperança de vida.

Especificamente, no que diz respeito à educação, o sistema educativo em Cabo Verde é gerido pela Lei de Bases de 2010 (Decreto-Legislativo n.º 2/2010 que revê as bases dos Sistema Educativo - Boletim Oficial Série I, n.º 17 (2010). Esta lei traça as linhas de organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino em Cabo Verde (públicos e privados), atribuindo ao Ministério da Educação e Desporto a competência de coordenar e supervisionar toda a política e o funcionamento da educação. De acordo com os números do Anuário Estatístico do Ministério da Educação 2009/2010, existem em Cabo Verde 153,012 alunos matriculados no sistema de ensino pré-escolar, básico e secundário, cuja idade varia entre os 13 e os 21 anos (Ministério da Educação e Desporto, 2011). O nível de ensino em que se enquadra o grupo-alvo deste estudo - Ensino Secundário - tem a

duração de 6 anos letivos dividido em 3 ciclos de ensino, tendo a particularidade de, a partir do 3.º ciclo, ser orientado ou para a componente profissional (Cursos Técnicos) ou para o prosseguimento de estudos (Via Geral). Destina-se a jovens com idade entre os 12 e os 17 anos, embora no ensino público, tendo em consideração a limitação de recursos, é permitida a frequência de jovens na idade entre os 12 e os 21 anos, podendo cumprir-se tanto em escolas públicas como em escolas privadas.

No que diz respeito à taxa de emprego, de acordo com os Censos de 2010 (INE, 2010), a taxa oficial de desemprego em Cabo Verde em 2010 era de 10.7%, sendo mais alta nas mulheres (12.1%) do que nos homens (9.6%). Em relação à idade, a população de jovens entre 15 e 24 anos é a que mais sofre com o desemprego. Enquanto a média nacional é de 10.7%, para esta parcela da população a taxa de desemprego é de 21.3% (INE, 2010). O quadro de desemprego em Cabo Verde, que afeta mais as mulheres e os jovens, acaba por refletir-se nas crianças e adolescentes, tratando-se de um grave elemento que determina a pobreza no país e a limitada perspectiva de vida dos atuais adolescentes. Para esses, a falta de perspectiva dentro de um quadro de elevado desemprego pode levar ao abandono escolar, às migrações, aos problemas sociais, à violência e à criminalidade.

Dados oficiais apontam que o ano de 2012 (Ministério da Administração Interna, 2012) foi o ano com o maior número de ocorrências de crimes: 24,444 casos de crimes foram registrados, sendo 11,288 (46.18%) contra património e 13,156 (53.82%) contra as pessoas. Praia é a cidade com maior número de ocorrência de registros de atos criminais, com 8,108 atos em 2012, que correspondem a 33.1% do total de crimes a nível nacional. Esta amplitude de infração acontece ao mesmo tempo em que a violência se faz mais presente, principalmente nos centros urbanos, e que é resultante dos conflitos que envolvem grupos de jovens, denominados de *thugs*¹ que, em situações mais extremas, têm criado uma certa desordem e perturbação no seio das comunidades (Lima, 2012).

¹ O termo «thug» foi importado dos EUA, que por sua vez adotara este vocábulo do hindu, que designa «rufia» ou «grupo de assassinos profissionais». Uma designação que acabou por ser igualmente adotada em Cabo Verde, precisamente com o mesmo significado.

Os grupos *thugs* são constituídos, na sua maioria, por jovens do sexo masculino residentes nos bairros mais periféricos da cidade, em contexto de exclusão social, de abandono escolar ou de desemprego. No entanto, fazem parte também destes grupos jovens com outros perfis sociais, nomeadamente, jovens estudantes de classe média, originários das zonas mais favorecidas, apelidados de «*thugs* de elite» (Lima, 2012). Esta heterogeneidade da origem socioeconómica dos *thugs* é particularmente relevante para a desmistificação das razões de mobilização dos jovens para grupos potencialmente violentos, tarefa já iniciada por vários autores (Mokwena, 1991; Kynoch, 1999; Ray & Donham, 2006; Ratele, 2008).

São vários os fatores que conduzem ao aumento da violência e da criminalidade entre os jovens, bem como à criação destes grupos. As perspectivas estruturalistas defendidas por autores como Pinnock (1984) consideram os *gangs* uma expressão de resistência à economia política vigente, nomeadamente nas sociedades africanas marcadas, durante os anos 1980, pelos programas de ajustamento estrutural e por ditaduras militares. Salo (2006) destaca o contexto histórico em que surgem os *gangs*, bem como dos fatores mais pessoais e individuais, relacionados com a definição da identidade de género. Um retrato plural e complexo das motivações dos jovens para a mobilização violenta passa, necessariamente, por considerar um vasto conjunto de condições e explicações de cariz estrutural (tais como, o tipo de políticas de desenvolvimento e a desigualdade social), individual (como a construção identitária) e conjuntural (como alguns fluxos transnacionais) que, conjugados, podem levar à adoção de comportamentos violentos (Briceño-León & Zubillaga, 2002).

Para Fernandes (2009), a delinquência em geral em Cabo Verde é, na maioria das vezes, associada às condições estruturais e à pobreza. Neste âmbito, destacam-se o aprofundamento das desigualdades sociais, o baixo poder de compra da grande maioria dos jovens, a baixa escolaridade dos jovens, o processo de urbanização e de transformação social sem uma planificação adequada e desejada, levando ao aumento brusco dos bairros periféricos clandestinos, com diminutas condições de saneamento e de eletricidade, a falta de emprego, o consumo de álcool e drogas, a ausência de suporte familiar,

entre outros. Numa perspetiva holística, ganham importância não só as condições estruturais (representadas pela desigualdade social, pela desigualdade ao nível das oportunidades, pela falta de expectativa social, pelo desemprego, etc.) mas, também, há que considerar um processo mais amplo e complexo, o qual envolve uma rede de fatores interrelacionados.

Segundo Wright, Cullen e Miller (2001), os comportamentos antissociais e a delinquência não dizem respeito apenas à estrutura social mas também aos défices educativos e intelectuais, bem como à incapacidade de apresentar habilidades sociais e de solução de problemas - cognitivos e comportamentais. Tais jovens necessitariam de uma reeducação social, como indica Espinosa (2000). De acordo com Sankey e Huon (1999), o comportamento antissocial pode ser explicado a partir de múltiplos fatores, tais como as experiências vividas na escola (práticas de sala de aula, interação com os pares, avaliação e desenvolvimento escolar, etc.), as habilidades sociais do jovem e a qualidade de vida da sua família.

Segundo Frias, Sotomayor, Varela, Zaragoza, Banda e García (2000), a explicação do comportamento delincente é complexa, referindo que é necessário considerar fatores de ordem biológica, social, contextual e, até, de personalidade. Segundo os autores, tais fatores serão determinantes num padrão de interação complexa, defendendo o modelo ecológico da delinquência. Dado que alguns comportamentos inadequados apresentados pelos jovens podem ser considerados como normais ou esperados considerando a sua fase desenvolvimental, não se trata de identificar determinadas situações como «anomalias» mas de compreender o seu padrão «interativo» que pode levar à delinquência.

Por seu turno, Formiga (2012) refere que a explicação da delinquência deve considerar também variáveis relacionadas com os valores humanos, o apego e a identificação com papéis sociais tradicionais. O autor aborda a anomia na explicação dos comportamentos antissociais e delitivos, concluindo a necessidade de aumentar a consciência coletiva dos jovens, no sentido de potenciar o sentimento de inclusão e compromisso social. Segundo o autor, uma socialização «ética» dos jovens (na família e na escola) contribuiria para a inibição dos comportamentos antissociais e delitivos.

Face aos múltiplos e diferentes fatores indicados nas explicações da delinquência, trata-se de um fenómeno complexo que, segundo Fernandes (2009), é passível de múltiplas combinações e interações, tornando difícil determinar objetivamente fatores que sejam preponderantes para todos os casos e situações. No entanto, é consensual que a delinquência juvenil e a violência urbana constituem, atualmente, foco de preocupação social e de interesse por parte da comunidade científica. Os atos de violência que ocorrem em diferentes sociedades, bem como as informações enfatizadas pelos *media*, têm chamado à atenção para o problema da criminalidade juvenil e da sua organização em grupos. A insegurança constitui uma das principais preocupações para a maioria dos cidadãos em quase todas as regiões de Cabo Verde (Fernandes, 2009), sendo que a maior parte dos delitos, incluindo os mais violentos (e.g. homicídio) ocorre nas zonas urbanas das maiores cidades do país com parques acessos à informação/educação e a atividades de lazer.

No entanto, a análise do fenómeno realizada em Cabo Verde, nomeadamente por parte das entidades que lidam com as questões da juventude e dos adolescentes, têm sido marcadas por descrições que dificultam uma compreensão abrangente do mesmo. As explicações monocausais (pobreza e desigualdades sociais) da violência e, em particular, da violência juvenil, nomeadamente no que diz respeito à relação violência-pobreza, têm-se revelado redutoras (Cardoso, 2012). Convém, por conseguinte, não ignorar o impacto das transformações socioeconómicas ocorridas nas últimas décadas, principalmente nas principais cidades cabo-verdianas (Praia, Mindelo e São Filipe) que tem criado um contexto de tensão e de conflitualidade marcado por um crescimento urbano rápido, o que acentua a pressão ao nível das condições de habitabilidade (saneamento básico, eletricidade, água, etc.) e do acesso ao emprego (Cardoso, 2012). Dado a complexidade deste fenómeno, que deriva nomeadamente das diferentes formas e modalidades de expressão da atividade delinquente e das suas diferentes trajetórias evolutivas ocorridas no interior de um contexto social complexo, urge a necessidade de conhecer e caracterizar o fenómeno, de forma a refletir sobre as estratégias de resposta para diminuir ou combater a violência e a delinquência juvenil.

Atualmente, são escassos os estudos que abordam a delinquência e a violência juvenil em Cabo Verde. Destaca-se o relatório de Fernandes (2009) sobre os jovens com problemas com a lei realizado para o Ministério da Justiça e a publicação de Pureza, Roque e Cardoso (2012) sobre as trajetórias de violência. Assim, tratam-se de análises descritivas ou teóricas sobre o fenómeno, não havendo estudos empíricos que procurem descrever e caracterizar o fenómeno, recorrendo a instrumentos de avaliação para o efeito.

Ao nível internacional, o recurso a instrumentos de autorrelato tornou-se cada vez mais utilizado entre os investigadores para estudar a prevalência e a incidência da delinquência e da violência juvenil. Um dos mais utilizados ao nível internacional tem sido o International self-report delinquency - ISRD (Junger-Tas & Marshall, 1999), indo já na sua terceira versão. Trata-se de um instrumento de estudo comparativo da criminalidade juvenil (e vitimação) que assenta em dois objetivos diferenciados: 1) analisar a variabilidade internacional nos padrões do comportamento delinquente autorrelatado; e 2) encontrar medidas de precisão relativa à ordenação de prevalência de diferentes tipos de comportamento delinquente juvenil.

O ISRD-1 foi lançado pelo Centro de Pesquisa e Documentação do Ministério da Justiça Holandês em 1992 e aplicado em 13 países, na sua maioria pertencentes à União Europeia. O ISRD-2 foi concebido e administrado em 2007, abrangendo um maior número de países (25 países), entre os quais Portugal (Junger-Tas, Marshall, Enzmann, Killias, Steketee, & Gruszczynska, 2010). O ISRD-2 foi aplicado no sentido de estimar a prevalência e a incidência da delinquência juvenil, o uso de substâncias psicoativas, bem como analisar as correlações da criminalidade juvenil e testar diferentes factores explicativos da delinquência (He & Marshall, 2010). Os estudos realizados com o ISRD-2 procuraram obter indicadores dos comportamentos delinquentes/criminais juvenis em diferentes países e cidades, tendo como propósito uniformizar o instrumento, padronizar a metodologia de recolha, codificação e análise, de forma a conseguir dados internacionalmente comparáveis.

Dada a escassez de estudos em Cabo Verde sobre a delinquência e a criminalidade juvenil e a ausência de

quaisquer instrumentos que procure avaliar o fenómeno, considerou-se pertinente a utilização do ISRD - 3. O questionário *International Self-Report Delinquency-3* (ISRD-3) é a versão adaptada do ISRD de Junger-Tas e Marshall (1999) pelo grupo de trabalho coordenado por Ineke Marshall. Como já referido, trata-se de um instrumento de autorrelato sobre a delinquência e a vitimação juvenil, desenvolvido de forma a conseguir obter dados estandardizados e comparáveis internacionalmente sobre a criminalidade juvenil, de forma a colmatar as variações dos dados oficiais (decorrerem das diferentes definições de crime dos sistemas judiciais dos diferentes países). Por outro lado ainda, dada a diversidade e multiplicidade de fatores explicativos da delinquência juvenil, este instrumento assenta em 4 perspectivas teóricas diferenciadas mais consolidadas –a teoria do controlo/apelo social, a teoria do autocontrolo, a teoria da oportunidade e a teoria da desorganização social/eficácia coletiva– pelo que permite integrar múltiplos fatores e considerar a complexidade do fenómeno (c.f. Junger-Tas & Marshall, 2012).

Cabo Verde, com o presente trabalho, é um dos países que integra o grupo de investigação. É importante realçar que este questionário (ISRD-3) foi já testado em estudos-piloto na Finlândia e na Dinamarca, tendo encontrado dados confiáveis e válidos em geral. Cabo Verde será o terceiro país a administrar o ISRD-3. Desta forma, pretende-se, com este trabalho, avaliar as qualidades psicométricas do ISRD3 para o contexto cabo-verdiano, procurando-se que seja, em termos de precisão e validade, um instrumento que permita aferir a delinquência juvenil de forma adaptada à população de Cabo Verde e conseguir dados internacionalmente comparáveis.

Método

Participantes

A amostra foi calculada com base nas informações disponibilizadas pela Direção Geral do Ensino Básico e Secundário, derivadas dos indicadores da educação referente ao ano letivo 2010/2011, apresentadas no Anuário pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Educação de Cabo Verde (Ministério da Educação e Desporto, 2011). De acordo com a dimensão da população e distribuição de alunos por ano letivo em cada

região, a dimensão da amostra foi determinada proporcionalmente em concordância com esses indicadores.

A amostra final é composta por um total de 560 participantes, estudantes do ensino secundário e formação profissional, com idades compreendidas entre os 13 e os 21 anos, tendo uma média de idades de 16.6 ($DP = 2.1$; $Min. = 13$; $Max. = 21$). Destes, 283 (50.9%) são do sexo feminino e 273 (49.1%) do sexo masculino e, na sua maioria (94.5%), são de nacionalidade cabo-verdiana. Os participantes distribuem-se de forma equilibrada pelos diferentes anos de escolaridade, abrangendo de forma proporcional os estudantes das três principais cidades/ilhas (maior percentagem de estudantes nas ilhas com maior densidade populacional comparativamente às de menor densidade), selecionados aleatoriamente em 15 escolas (Tabela 1).

Procedimentos de tradução e adaptação do ISRD-3

Da revisão da literatura sobre a delinquência e a criminalidade juvenis e da análise dos instrumentos existentes, o ISRD é o instrumento que mais tem sido utilizado em termos internacionais, procurando colmatar variações culturais e obter dados internacionalmente comparáveis (Junger-Tas et al., 2010). Assim, contactou-se o grupo de trabalho coordenado por Ineke Marshall, pedindo autorização para usar o ISRD. Neste contacto, Cabo Verde foi convidado a integrar o projeto, sendo o terceiro país a administrar a terceira versão do ISRD (ISRD-3).

Deu-se início ao processo de tradução-retroversão, realizado por duas pessoas independentes: uma procedeu à tradução do idioma inglês para o português e, posteriormente, outra realizou a tradução do português para o inglês. Tal permitiu a comparação desta tradução com o ISRD-3 original. Consultaram-se também documentos e estatísticas oficiais sobre a delinquência e a criminalidade juvenil (Polícia Nacional, Direção-Geral dos Assuntos Penitenciários e de Reinserção Social), no sentido de ajustar algumas questões do questionário original para obter a sua equivalência semântica e cultural no contexto Cabo-verdiano. Consideram-se, ainda, publicações de estudos realizados com o ISRD em países como a Venezuela, Suriname e Portugal, por serem países com algumas afinidades com Cabo Verde (em termos linguísticos e culturais). Seguidamente, reuniu-se o grupo

Tabela 1

Análises Descritivas Relativas às Variáveis Sociodemográficas Sexo, Ano de Escolaridade, Local de Recolha de Dados e Nacionalidade dos Participantes.

	N	%
Sexo¹		
Feminino	283	50.9
Masculino	273	49.1
Ano de Escolaridade		
9º Ano Escolaridade	142	25.4
10º Ano de Escolaridade	123	22.0
11º Ano Escolaridade	151	27.0
12º Ano Escolaridade	144	25.7
Total	560	100
Local Recolha de Dados		
Cidade da Praia - Ilha de Santiago	404	72.1
Cidade de Mindelo - Ilha de São Vicente	108	19.3
Cidade de São Filipe - Ilha do Fogo	48	8.6
Nacionalidade		
Cabo Verde	529	94.5
EUA - Estados Unidos da América	9	1.6
Holanda	1	0.2
Brasil	2	0.4
Portugal	7	1.3
Senegal	3	0.5
Cuba	2	0.4
França	1	0.2
Outras	6	1.1

¹ Os N's totais variam ligeiramente devido aos *missings values*, 4 respondentes não identificaram o sexo.

de trabalho envolvido na tradução e acordou-se a versão definitiva do instrumento para o desenvolvimento do estudo piloto.

Passou-se então à realização do estudo piloto, em que se aplicou a primeira versão do instrumento apenas a uma turma de uma escola da Cidade da Praia (conforme indicado nos procedimentos de recolha de dados), constituída por 34 alunos. Foi explicado o objetivo do estudo e indicou-se o caráter voluntário da participação e o anonimato, não havendo recusas na colaboração. Os questionários foram administrados pelo investigador

responsável, sob o formato papel e lápis, sendo preenchidos individualmente (tempo médio de resposta 60 minutos) No final da aplicação, procedeu-se à reflexão falada com os participantes e identificaram-se algumas dificuldades ao nível da compreensão de várias questões e, especificamente, identificaram-se dificuldades acrescidas no grupo 10 e na última questão do grupo 11.

Em primeiro lugar, notou-se um certo desconhecimento e falta de familiaridade com o tipo de questionário, sendo a primeira vez que preencheram um instrumento de autorrelato. Foram notórias também dificuldades

linguísticas ao nível do Português, dado que apesar do ensino-aprendizagem em Cabo Verde decorrer na língua Portuguesa, no seu dia-a-dia os estudantes falam e escrevem (*SMS, e-mail, messenger*) em crioulo cabo-verdiano. Além disto, manifestaram alguma fadiga, referindo a extensão e o elevado número de questões do questionário. No entanto, as principais dificuldades identificaram-se no grupo 10, composto por questões relacionadas com a percepção sobre os polícias, e a última questão do grupo 11, relacionada com a desajustabilidade social. Em ambos, os estudantes referiram não saber responder por não se identificaram com o seu conteúdo ou consideraram incompreensível.

Considerando as dificuldades identificadas no estudo piloto e as considerações dos estudantes, discutiu-se esta primeira versão junto dos colegas investigadores da equipa (Gonçalves e colaboradores). Desta discussão acordou-se retirar do instrumento o grupo 10 e a última questão do grupo 11, não só pelas dificuldades já referenciadas mas também por serem aplicáveis apenas aos alunos do 9.º ano (de acordo com o instrumento original). É de referir que o estudo procura abranger alunos dos diferentes níveis de ensino e obter dados comparáveis, pelo que se considerou que a sua exclusão não colocaria em causa a integridade do instrumento para os objetivos do estudo. Analisou-se também a formulação dos itens e a sua interpretação, procedendo-se a pequenas alterações em formulações mais ambíguas ou com linguagem pouco acessível. Por fim, chegou-se a uma versão final do instrumento com a equipa, versão esta a aplicar com um maior número de participantes.

Assim, seguiu-se a aplicação desta versão do instrumento a três turmas (170 estudantes) da mesma escola do estudo piloto (selecionadas aleatoriamente), no sentido de verificar se as alterações introduzidas foram suficientes, de forma a facilitar a sua compreensão e preenchimento por parte dos estudantes. Desta aplicação não se identificaram dificuldades de compreensão nem na resposta aos itens, pelo que o instrumento não sofreu mais alterações. Assim, seguiu-se a sua aplicação às restantes escolas das três principais ilhas (390 estudantes), juntando-se os dados dos 170 da segunda aplicação do instrumento, dado que este não sofreu alterações ($N = 560$).

Instrumento

Dos procedimentos de adaptação, o ISRD-3 é composto 56 itens, organizados em 9 grupos de questões que abordam: 1) características sociodemográficas e comparação; 2) família; 3) experiências relacionadas com a escola; 4) experiências de vitimação; 5) lazer e amigos; 6) valores antissociais, conformidade e controlo social; 7) comportamentos delinquentes; 8) álcool e outras drogas; e 9) grupo de amigos. O tipo de resposta solicitado difere ao longo do instrumento, inclusive entre as questões intra-grupo, em que os sujeitos têm de se posicionar em diferentes escalas do tipo *likert* (frequência, concordância, valorização, etc.) ou, ainda, em escalas dicotómicas (1. Não, 2. Sim).

Assim, procede-se à descrição de cada um dos 9 grupos de questões, no sentido de discriminar o tipo de resposta e cotação dos itens que integram cada grupo.

O grupo 1, sobre as características sociodemográficas e a sua comparação pelo jovem, inclui 14 itens. Os itens 1 a 8 incidem sobre as características sociodemográficas (sexo, idade, naturalidade do jovem, naturalidade da mãe, naturalidade do pai, pessoas envolvidas na sua educação, língua falada, religião) e os itens 1.10, 1.11 e 1.12 abordam a situação económica/laboral da família (desemprego do pai; desemprego da mãe; fonte de rendimentos). O item 1.9 diz respeito à importância que o participante atribui à religião, tendo de se posicionar numa escala tipo *likert* de 1 a 6 pontos (1. MUITÍSSIMO importante, 2. Muito importante, 3. Importante, 4. Um pouco importante, 5. Muito pouco importante, 6. Totalmente importante). Por fim, os itens 1.13 e 1.14 são itens que solicitam a comparação: o primeiro pede que o participante compare a sua situação familiar com a das outras famílias, numa escala tipo *likert* de 1 a 7 (1. Muito pior, 2. Pior, 3. Um pouco pior, 4. Igual, 5. Um pouco melhor, 6. Melhor, 7. Muito melhor); e o segundo solicita que se compare a si próprio com os outros jovens, tendo de se posicionar numa escala de 1 a 7 (1. Muito menos, 2. Menos, 3. Um pouco menos, 4. O mesmo, 5. Um pouco mais, 6. Mais, 7. Muito mais).

O grupo 2 (família) aborda a relação com os pais, a ligação afetiva com os pais e o controlo parental. Inclui 4 itens, em que os itens 2.1., 2.3. e 2.4. integram várias

alíneas. O item 2.1. integra 4 alíneas, nas quais os respondentes devem posicionar-se numa escala de 1 a 6 pontos (1. Concordo totalmente, 2. Concordo, 3. Nem sim nem não, 4. discordo bastante, 5. Discordo totalmente, 6. Não há tal pessoa) quanto à sua relação com os pais. O item 2.2 foca a frequência semanal das refeições conjuntas com os pais, numa escala de 1 a 8 (1. Nunca, 2. Uma vez por semana, 3. Duas vezes por semana, 4. Três vezes por semana, 5. Quatro vezes por semana, 6. Cinco vezes por semana, 7. Seis vezes por semana, 8. Diariamente). O item 2.3 integra 12 alíneas sobre a percepção do controlo dos pais, em que o jovem deve posicionar-se numa escala de 1 a 5 pontos (1. Quase sempre, 2. Frequentemente, 3. Algumas vezes, 4. Raramente, 5. Quase nunca) e, por fim, o item 2.4. integra seis alíneas que exploram se o jovem experienciou determinados acontecimentos adversos, numa escala dicotómica (1. Não, 2. Sim).

O grupo 3 (experiências relacionadas com a escola) inclui 7 itens, abordando o gosto pela escola, a assiduidade, o afeto pelos professores e o projeto de vida quando terminar a escola. Assim, o 3.1. foca o gosto pela escola e integra 8 alíneas, em que o participante deve posicionar-se quanto ao grau de acordo numa escala tipo likert de 1 a 4 pontos (Concordo completamente, 2. Concordo um pouco, 3. Discordo um pouco, 4. Discordo completamente). O item 3.2. aborda os sentimentos para com os professores, em que o jovem deve posicionar-se em relação numa escala de 1 a 6 pontos (1. Nada, 2. Não muito, 3. Um pouco, 4. Alguma coisa, 5. Bastante, 6. Muito): O item 3.3. aborda a importância que o jovem confere à imagem que possui perante um professor significativo, devendo posicionar-se numa escala de likert de 1 a 6 pontos (1. Totalmente sem importância, 2. Não tem muita importância, 3. Um pouco sem importância, 4. Um pouco importante, 5. Bastante importante, 6. Muito importante). O item 3.4. questiona se o jovem faltou à escola nos últimos 12 meses sem motivo, devendo indicar numa escala dicotómica - 1. Não nunca, 2. Sim (se sim, quantas vezes). O item 3.5. questiona o aproveitamento escolar, devendo posicionar-se numa escala de 1 a 7 pontos (1. Excelentes, sou provavelmente um dos melhores da minha turma, 2. Bem acima da média, 3. Acima da média, 4. Na média, 5. Abaixo da média, 6. Bem abaixo da média, 7. Fracas. Sou, provavelmente um dos piores na minha turma). O item 3.6. questiona se o jovem alguma vez teve

de repetir o ano escolar, devendo indicar numa escala dicotómica - 1. Não nunca, 2. Sim (se sim, quantas vezes). Por fim, no item 3.7. os respondentes devem indicar qual o seu projeto de vida após terminada a escolaridade obrigatória, devendo assinalar apenas uma opção de resposta (1. Vou continuar com os meus estudos no ensino superior, 2. Vou continuar a frequentar uma escola onde possa aprender uma profissão, 3. Vou começar a aprender uma profissão como aprendiz, 4. Vou procurar um emprego para ganhar dinheiro, 5. Vou continuar os estudos para ganhar dinheiro, 6. Outro, 7. não sei ainda).

O grupo 4 (experiências de vitimação) é composto por um item que integra 7 alíneas relacionadas com a vitimação. Para cada uma das alíneas os respondentes devem assinalar se tal lhes aconteceu numa escala dicotómica (1. Não 2. Sim). Se responderem afirmativamente, devem assinalar o número de vezes que passaram pela experiência nos últimos 12 meses.

O grupo cinco (lazer e amigos) é composto por 10 itens. O item 5.1. questiona sobre o número de vezes que o jovem sai à noite, devendo posicionar-se numa escala de likert de 1 a 8 pontos (1. Nunca saio à noite, 2. Uma vez por semana, 3. Duas vezes por semana, 4. Três vezes por semana, 5. Quatro vezes por semana, 6. Cinco vezes por semana, 7. Seis vezes por semana, 8. Diariamente), enquanto que o item 5.2. questiona o horário de regresso à casa, devendo assinalar uma de duas opções - 1. Não saio à noite, 2. Geralmente estou de volta a casa por volta de ___ hora). O item 5.3. aborda com quem passam os tempos livres, devendo ser assinalada apenas uma resposta (1. Sozinho, 2. Com a minha família, 3. Com 1-3 amigos, 4. Com um grupo maior de amigos). O item 5.4. questiona sobre o grau de felicidade dos últimos 6 meses, em que o jovem deve posicionar-se numa escala de likert de 1 a 6 pontos (1. Muito feliz, 2. Feliz, 3. Um pouco mais feliz do que infeliz, 3. Um pouco mais infeliz de que feliz, 5. infeliz, 6. Muito infeliz). O item 5.5. pergunta quantos amigos têm pais de nacionalidade estrangeira, devendo indicar uma resposta - 1. Nenhum, 2. Alguns, 3. Muitos deles, 4. Todos. O item 5.6. é composto por 9 alíneas sobre as atividades de ocupação dos tempos livres, devendo indicar a sua frequência numa escala de likert de 1 a 3 pontos (1. Nunca, 2. As vezes, 3. Frequentemente). O item 5.7. questiona se o jovem tem um amigo/grupo de amigos, devendo

responder numa escala dicotómica (1. Não, 2 Sim), em que se a resposta for não, deverá passar automaticamente para o item 5.10. O item 5.8. questiona se sentiria a falta dos amigos se mudasse de cidade, em que os respondentes devem posicionar-se numa escala de likert de 1 a 6 pontos (1. De modo nenhum, 2. Não muito, 3. Só um pouco, 4. Um pouco, 5. Bastante, 6. MUITÍSSIMO). O item 5.9. aborda a importância que o jovem confere à imagem que possui perante os amigos, devendo posicionar-se numa escala de likert de 1 a 6 pontos (1. Totalmente sem importância, 2. Bastante sem importância, 3. Um pouco sem importância, 4. Um pouco importante, 5. Bastante importante, 6. Muito importante). Por fim, o item 5.10 integra 5 alíneas referentes a comportamentos ilegais adoptados pelos amigos, em que devem assinalar escala dicotómica (1. Não, 2 Sim). Às alíneas que responderem afirmativamente devem indicar também o número de amigos.

O grupo 6 (valores antissociais, conformidade e controlo social), é composto por 7 itens que integram questões sobre os valores antissociais (6.1), o compromisso/interiorização das regras sociais vigentes (6.2., 6.3. 6.4. - «sentir-se-ia envergonhado se...»), impulsividade (6.5. e 6.6.) e organização/eficácia do contexto residencial (6.7.). O item 6.1. integra 8 alíneas sobre comportamentos antissociais, em que os respondentes devem avaliá-los numa escala de likert de 1 a 4 (1. Muito errado, 2. Errado, 3. Um pouco errado, 4. Não é errado). Nos itens 6.2, 6.3 e 6.4 os respondentes devem assinalar se sentiriam envergonhados perante as figuras significativas (amigos, professores e pais) se fossem apanhados em situações ilícitas (furar, bater, ser detido) numa escala de likert de 1 a 3 pontos (1. Não, de maneira nenhum, 2. Sim um pouco, 3. Sim muito). O item 6.5. integra 9 alíneas sobre situações de impulsividade ou dificuldades de autocontrolo, em que os jovens devem indicar o seu grau de concordância numa escala de likert de 1 a 4 pontos (1. Concordo completamente, 2. Concordo um pouco, 3. Discordo um pouco, 4. Discordo completamente). Por seu turno, dado que a dificuldade de autocontrolo pode levar a adopção de comportamentos mais impulsivos e, logo, à ocorrência de acidentes e lesões graves, o item 6.6 aborda a ocorrência de algum acidente grave que necessitasse de ajuda médica (escala dicotómica - 1. Não, 2. Sim). Por fim, o item 6.7. integra 11 alíneas sobre a organização, estrutura, integração e coesão social do bairro residencial o jovem

deve indicar o seu grau de concordância com a descrição que é apresentada em cada alínea, numa escala de likert de 1 a 4 pontos (1. Concordo completamente, concordo um pouco, 3. Discordo um pouco, 4. Discordo completamente).

O grupo 7 (comportamentos delinquentes) é composto por um item que integra 15 alíneas referentes a comportamentos ilegais e/ou delinquentes. Para cada uma das alíneas o participante deve assinalar a sua ocorrência numa escala dicotómica (1. Não 2. Sim). Se responderem afirmativamente, devem assinalar o número de vezes para cada comportamento, no período temporal dos últimos 12 meses.

O grupo 8 (álcool e outras droga) inclui 4 itens sobre o consumo de álcool e drogas nos últimos 30 dias. Nos itens 8.1, 8.2 e 8.3 os respondentes devem indicar, respectivamente, se consumiram bebidas alcoólicas, cannabis/heroina e cocaína/crack, numa escala dicotómica (1. Não, 2. Sim). No caso de responderem sim, solicita-se que indiquem o número de vezes. Por fim, o item 8.4. pergunta se tivessem consumido algumas drogas se o indicariam questionário aplicado, devendo posicionar-se numa escala de likert de 1 a 5 pontos (1. Eu já disse que usei, 2. Definitivamente sim, 3. Provavelmente sim, 4. Provavelmente não, 5. Definitivamente não).

O grupo 9 (grupo de amigos) é constituído por 8 itens que exploram as características, atividades e constituição do grupo de amigos. Os itens 9.1, 9.3, 9.5, 9.6 e 9.7 são de escala dicotómica (1. Não, 2. Sim), questionando, respectivamente, a existência de um grupo de amigos que realiza atividades conjuntas (9.1.), o espaço em que essas atividades ocorrem (9.3.), a aceitação de práticas ilegais pelo grupo (9.5.), a prática de atividades ilegais pelo grupo (9.6) e se o grupo de amigos é um gang (9.7.). No item 9.2 os respondentes devem indicar as idades do grupo de amigos numa escala de likert de 1 a 5 (1. Menos de 12 anos, 2. De 12 a 15 anos, 3. De 16 a 18 anos, 4. De 19 a 25 anos, 5. Mais de 25 anos). No item 9.4 devem indicar o tempo de existência do referido grupo, numa escala de likert de 1 a 5 (1. Menos de 3 meses, 2. 3 meses ou menos que um ano, 3. 1 a 4 anos, 4. 5 a 10 anos, 5. 11 a 20 anos). Por fim, no item 9.8 os respondentes devem indicar a composição do grupo em função do sexo, numa escala de likert de 1 a

3 (1. Somos todos rapazes, 2. Somos todas raparigas, 3. É um grupo misto).

Procedimentos de recolha dos dados

Numa primeira etapa, contactou-se com as delegações do Ministério de Educação e Desporto das Ilhas de Santiago, São Vicente e Fogo, no sentido de apresentar o projeto de investigação, os seus objetivos, o instrumento a utilizar, bem como a salvaguarda de questões éticas e deontológicas (anonimato dos dados e colaboração voluntária dos participantes). Formalizou-se o pedido para a administração do ISRD-3 e obteve-se o consentimento necessário para a recolha de dados.

Numa segunda etapa, contactou-se especificamente a direção de uma escola da Cidade da Praia para proceder à implementação do estudo piloto (só com uma turma), pelas características heterogêneas dos seus estudantes (e.g. oriundos de diferentes localidades das ilhas, interior vs. Litoral; diferentes níveis socioeconómicos). A seleção da turma foi aleatória.

Após a realização do estudo piloto, procedeu-se a uma segunda aplicação do instrumento (versão alterada após o estudo piloto) a três turmas da mesma escola, também selecionadas aleatoriamente. Após esta segunda aplicação (da qual não resultaram alterações) seguiu-se o mesmo procedimento (desde o contato com a direção até à aplicação do instrumento) nas 14 escolas das três principais ilhas de Cabo Verde. As escolas foram selecionadas de acordo com a sua distribuição equitativa por cidades de grande e pequena dimensão em cada uma das ilhas e as turmas foram também selecionadas aleatoriamente. A recolha integra 15 escolas, incluindo-se os dados recolhidos na segunda aplicação que, como referido, não resultou em alterações ao instrumento.

É de referir que em todos os momentos do estudo, os questionários foram administrados pelo investigador responsável pelo estudo em contexto de sala de aula, no formato papel e lápis. Cada questionário foi preenchido individualmente pelos participantes, com um tempo médio de resposta de 45 minutos. No início, com cada turma, explicou-se aos estudantes os objetivos e enquadramento do estudo, enfatizando-se o carácter voluntário da sua

participação e a garantia do anonimato, não havendo recusas.

Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados com o *software* SPSS (versão 21). Foram realizadas estatísticas descritivas (média e desvio padrão), a correlação de Pearson, o alfa de *Cronbach* e a curva de ROC. Importa sublinhar que sempre que se trabalhou com variáveis intervalares conduzia-se uma análise exploratória de dados de forma a verificar se estavam cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes psicométricos.

Resultados e Discussão

A partir do estudo realizado por Enzmann e colaboradores (2010), no qual se identificaram os itens correspondentes aos fatores da escala e do cálculo do Alpha de *Cronbach* (α), o presente estudo obedeceu ao mesmo critério e procedimento, tendo-se obtido os resultados apresentados na Tabela 2.

Os indicadores derivados do ISRD3 foram escolhidos com base na literatura e nos estudos desenvolvidos sobre a delinquência e a criminalidade juvenil e, mais especificamente, nos estudos de autorrelato (Junger-Tas & Marshall, 1999). A análise estatística efetuada foi a de confiabilidade, em particular, dos Alfa de *Cronbach* para medir a consistência interna de cada um dos indicadores criados. Para o efeito assumiu-se os valores acima do $\alpha = 0,500$, como o valor mínimo exigido. No presente estudo, todos os indicadores assumem valores acima do mínimo exigido e, à exceção do indicador socioeconómico ($\alpha = 0,500$), todos apresentam valores acima do $\alpha = 0,700$, o que é considerado um excelente nível de consistência (cf., Tabela 2). Assim, comparando as Alfas obtidos neste estudo com as do estudo realizado por Enzmann, Marshall, Killias, Junger-Tas, Steketee e Gruszczynska (2010), no qual se identificou os itens correspondentes aos indicadores dos fatores derivados do ISRD2, verificamos que os valores das Alfas oscilam de forma sensivelmente adjacentes entre os dois estudos, o que nos assegura a confiabilidade dos nossos dados.

Tabela 2*Indicadores psicométricos dos Fatores de escala ISR3-3 em jovens cabo-verdianos*

Indicadores	Itens	Médias	DP	Alfa (α)
(1) Socioeconômico (comparação) ¹	Q1.13 Situação da sua família em comparação com outras. Q1.14. Comparação com outras pessoas	7.94	2.477	.556
(2) Apego aos pais ²	Q2.1.1 Eu dou-me bem com o meu pai Q2.1.2 Eu dou-me bem com a minha mãe Q2.1.3 Eu consigo facilmente apoio emocional e cuidados dos meus pais Q2.1.4 Eu sentir-me-ia mal se desapontasse os meus pais	34.71	11.519	.869
(3) Supervisão dos pais ³	Q2.3.1 Os meus pais sabem onde estou quando saio Q2.3.2 Os meus pais sabem o que estou a fazer quando saio Q2.3.3 Os meus pais sabem com que amigos estão quando saio Q2.3.4 Se estiver na rua, os meus pais perguntam-me o que ando a fazer Q2.3.5 Quando saio de casa à noite, meus pais estabelecem horas para voltar Q2.3.6 Se eu estou na rua e fica tarde tenho que ligar para os meus pais Q2.3.7 Os meus pais verificam sempre se eu faço os trabalhos de casa Q2.3.8 Os meus pais verificam se assisto filmes permitidos para minha idade Q2.3.9 Eu digo aos meus pais com quem passo os meus tempos livres Q2.3.10 Eu digo aos meus pais como gasto o meu dinheiro Q2.3.11 Eu digo aos meus pais onde estou na maioria das tardes depois da escola Q2.3.12 Eu digo aos meus pais o que eu faço no meu tempo livre	18.81	4.962	.707
(4) Experiência relacionada com a escola ⁴	Q3.1.1 Se tivesse que mudar iria ter saudades da minha escola Q3.1.2 Gosto de ir à escola quase todas as manhãs Q3.1.3 Gosto da minha escola Q3.1.4 As minhas aulas são interessantes Q3.1.5 Há muitos roubos/furtos na minha escola Q3.1.6 Há muitas brigas na minha escola Q3.1.7 Há vandalismo na minha escola Q3.1.8 Há muito consumo de drogas na minha escola	16.68	5.668	.888
(5) Atividades de ocupação dos tempos livres ⁵	Q5.6.1 Ir a cafés, discotecas ou concertos Q5.6.2 Fazer algo criativo Q5.6.3 Envolver em brigas Q5.6.4 Praticar atividades desportivas ou exercício físico Q5.6.5 Estudar e fazer trabalhos de casa Q5.6.6 Sair para os centros comerciais, ruas, parques, ou bairro para divertir Q5.6.7 Participar em atividades ilegais Q5.6.8 Consumir álcool e/ou drogas Q5.6.9 Assustar pessoas para divertir	29.52	6.796	.791

* jorge.dias@adm.unicv.edu.cv

*** nsformiga@yahoo.com

** ritacondedias@gmail.com

**** rabrunhosa@psi.uminho.pt

LIBERABIT: Lima (Perú) 20(2): 335-351, 2014

ISSN: 1729-4827 (Impresa)

ISSN: 2233-7666 (Digital)

Indicadores	Itens	Médias	DP	Alfa (α)
(6) Valores Antissociais ⁶	<p>O que acha em relação a...</p> <p>Q6.1.a Mentir, desobedecer, ou responder mal para os adultos</p> <p>Q6.1.b Insultar alguém por causa de religião, cor da pele, ou etnia</p> <p>Q6.1.c Danificar o que não lhe pertence</p> <p>Q6.1.d Fazer download de filmes ou músicas</p> <p>Q6.1.e Furtar pequenas coisas como: uma barra de chocolate numa loja</p> <p>Q6.1.f Entrar ilegalmente num prédio para furtar, ou levar coisa</p> <p>Q6.1.g Bater em alguém com ideia de o ferir</p> <p>Q6.1.h Usar uma arma ou forçar para conseguir dinheiro</p>	12.59	4.792	.825
(7) Estrutura e coesão social do bairro de residência ⁷	<p>Q6.7.1 Muito dos meus vizinhos conhecem-me</p> <p>Q6.7.2 As pessoas no meu bairro costumam fazer coisas juntas</p> <p>Q6.7.3 Há muito crime no meu bairro</p> <p>Q6.7.4 Vende-se muita droga no meu bairro</p> <p>Q6.7.5 Há muitas brigas no meu bairro</p> <p>Q6.7.6 Há muitos edifícios vazios e abandonados no meu bairro</p> <p>Q6.7.7 Há muito <i>graffiti</i> no meu bairro</p> <p>Q6.7.8 As pessoas do meu bairro estão dispostas a ajudar os vizinhos</p> <p>Q6.7.9 O meu bairro é unido</p> <p>Q6.7.10 As pessoas do meu bairro são de confiança</p> <p>Q6.7.11 Geralmente as pessoas deste bairro dão-se bem umas com as outras</p>	43.44	14.152	.865

¹ Quanto mais baixo o valor, menos positiva a avaliação comparativa da sua condição socioeconómica

² Quanto mais baixo o valor menor o apego aos pais

³ Quanto mais baixo o valor, menor a supervisão dos pais

⁴ Da questão 3.1.1. à 3.1.4 - Quanto mais elevado o valor, menor a integração escolar; Da questão 3.1.5 à 3.1.8 - Quanto mais baixo o valor, menor a integração escolar.

⁵ Quanto mais baixo o valor, mais serão as condições favoráveis ao desenvolvimento de comportamentos delinquentes (questões 5.6.1, 5.6.2, 5.6.4, 5.6.5, 5.6.6) e quanto mais elevado o valor, mais serão as condições favoráveis ao desenvolvimento de comportamentos delinquentes (questões 5.6.3, 5.6.7, 5.6.8, 5.6.9)

⁶ Quanto mais elevado o valor, maior a disposição para cometer comportamentos delinquentes ou criminais

⁷ Questões 6.7.1, 6.7.2, 6.7.8, 6.7.9, 6.7.10, 6.7.11 - Quanto mais elevado o valor, pior a estrutura e a coesão social do bairro de residência; Questões 6.7.3, 6.7.4, 6.7.5, 6.7.6, 6.7.7. - Quanto mais baixo o valor, pior a estrutura e a coesão social do bairro de residência.

Os resultados encontrados (Tabela 2) revelam a consistência dos indicadores do ISRD-3 na amostra de jovens cabo-verdianos; porém, com exceção do socioeconómico, os demais estiveram acima do escore médio exigido para que garanta a segurança damedida na referida amostra (Kline, 1994; Pasquali, 2001; Tabachnick & Fidell, 1996).

Relativamente aos testes de consistência interna, as correlações médias inter-itens e ao leque de correlações item-total corrigidas, de uma forma geral os resultados

encontrados foram satisfatórios na amostra. Assim, os alfas obtiveram valores superiores ao limite definido de .700, com a exceção do socioeconómico, tendo grande parte das variáveis da amostra ultrapassado .800 (Cortina, 1993). As correlações médias inter-itens mantiveram-se dentro dos limites recomendáveis estabelecidos entre .150 a .500 (Clark & Watson, 1995).

É necessário, então, refletir sobre os itens que compõem tal indicador, especialmente, no que se refere ao conteúdo destes. Merece destaque a observação da

* jorge.dias@adm.unicv.edu.cv

*** nsformiga@yahoo.com

** ritacondedias@gmail.com

**** rabrunhosa@psi.uminho.pt

LIBERABIT: Lima (Perú) 20(2): 335-351, 2014

ISSN: 1729-4827 (Impresa)

ISSN: 2233-7666 (Digital)

pontuação média dos escores, pois, a mais baixa - socioeconômico - apresenta o menor número de itens. Ao comparar com os outros indicadores, as pontuações mais altas incidiram sobre o apego aos pais, a supervisão dos pais e a estrutura/coesão social do bairro de residência, sendo estes compostos por um maior número de itens.

Com o objetivo de garantir maior precisão quanto ao instrumento, realizou-se uma correlação de *Pearson* (*r*) para verificar a eventual existência do grau de correlação linear e avaliar as relações internas entre as dimensões da amostra (Tabela 3). É possível observar que todos os itens/indicadores dos fatores se relacionaram entre si, com escores correlacionais acima de 0.30. Porém, é de referir o escore baixo do fator socioeconômico (.535).

Considerando tais resultados, expressos na Tabela 3, destaca-se o fator socioeconômico. Este não está

relacionado com nenhum dos fatores observados: quando com uma relação positiva, esta era quase zero mas, na existência de uma relação negativa, também apresenta escores próximos a zero. Assim, com tais resultados, pode referir-se que este fator não influencia qualquer que seja o tipo de comportamento desviante perpetrado pelos participantes, enquanto relativamente ao fator supervisão dos pais e ao fator experiências relacionadas com a escola, observa-se uma correlação positiva. Ou seja, quanto mais a supervisão dos pais (0.288) melhor as experiências/vivências na escola (0.250).

Estes resultados corroboram as conclusões dos estudos de Formiga (2005, 2009, 2010), que indicam a importância das dinâmicas familiares e das práticas parentais adequadas no desenvolvimento das atitudes e comportamentos pró-sociais dos jovens. Este autor

Tabela 3

Matriz de correlações entre os fatores socioeconômico, supervisão dos pais, experiência relacionada com a escola, atividades de ocupação dos tempos livres, estrutura/coesão social do bairro de residência, valores antissociais e apego aos pais, relativa a uma amostra de N = 475

	Socioeconômico (comparação)	Supervisão dos pais	Exp. relacionada com escola	Ativ. ocupação tempos livres	Estrutura/ coesão social bairro	Valores Antissociais	Apego pais
Socioeconômico	1	-.023 .583 552	.048 .263 556	.006 .881 560	.063 .139 558	-.008 .858 494	-.077 .093 476
Supervisão dos pais		1	.288** .000 551	.140** .001 552	.196** .000 551	.250** .000 493	.941** .000 476
Experiência relacionada com a escola			1	.134** .002 556	.258** .000 555	.164** .000 494	.298** .000 476
Atividades de ocupação dos tempos livres				1	.099* .020 558	.126** .005 494	.218** .000 476
Estrutura e coesão social do bairro de residência					1	.535** .000 493	.213** .000 475
Valores Antissociais						1	.292** .000 476
Apego aos pais							1

** Correlação é significativa ao nível 0.01

* Correlação é significativa ao nível 0.05

observou que quanto melhor a ligação afetiva e a comunicação entre os pais e os jovens, melhor a relação que o jovem estabelece com escola e com os professores – isto é, tendem a relacionar-se com pares mais normativos e a apresentar menos comportamentos antissociais e delitivos. Uma prática de exigência e responsividade, bem como a aproximação que os jovens têm com os seus pais e, até, com os professores, em termos do diálogo e afiliação, contribui para um fator de proteção da conduta desviante.

Para medir a sensibilidade e a especificidade do instrumento recorreu-se à análise de Curva ROC, conforme sugerido por Oliveira e Andrade (2002). Para tal, foram calculadas as escalas da amostra para seis fatores, tendo encontrado uma área do ROC de 0.766. Este resultado

demonstra que as probabilidades previstas são verdadeiras e correspondem bem ao efeito real esperado (cf. Gráfico 1 e Tabela 5). Para tal recorreu-se, em primeiro lugar, a uma análise de regressão com seis dos principais fatores. Deve-se realçar que essas variáveis foram escolhidas com base na literatura sobre delinquência juvenil e nos estudos que usam instrumentos de autorrelato (Junger-Tas & Marshall, 1999; Thornberry & Krohn, 2000), bem como de conhecimentos adquiridos no terreno ao longo da realização de estudos empíricos.

Na Tabela 4, os resultados obtidos são aparentemente consistentes, embora com um nível de significância diferenciado em dois dos fatores observados: fator de experiência relacionado com a escola (0.53) e fator relacionado com as saídas noturnas (0.90).

Tabela 4

Equação de variáveis para medição dos efeitos dos fatores

	B	Sig.
Q2.3.8 fator supervisão dos pais	.237	.394
Q3.6 fator experiência relacionado com a escola	.069	.799
Q5.1 fator atividades de lazer e amigos	-.713	-.839
Q6.1b fator valores Antissociais	.032	.001
Q6.3b fator valores antissociais, conformidade e controlo social	.053	.090
Q1.1 Sexo	.000	.000
Constante	.000	.965

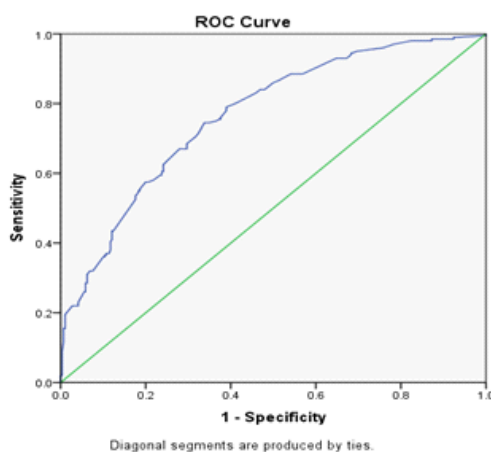


Gráfico 1. Resultado Curva ROC: Sensitividade e Especificidade do Instrumento

Tabela 5
Resultado Variáveis Probabilidade de Preditores

Area	Std. Error ^a	Sig. ^b	Intervalo de Confiança: 95%	
			Limite Inferior	Limite Superior
.766	.021	.000	.724	.808

De forma geral, o ISRD-3 pode ser considerado validado a partir dos resultados elencados, elucidando os comportamentos desviantes e a delinquência a que os jovens possam estar sujeitos. Tendo sido o objetivo do presente trabalho avaliar a fiabilidade e validade do instrumento no contexto cabo-verdiano, tal foi conseguido, havendo precisão do construto. Especificamente, trata-se de um instrumento com um grau de sensibilidade, que atendeu à precisão e à fiabilidade do construto, condições que garantem a validade do instrumento.

Apesar de tal garantia, é necessário destacar o fator socioeconómico do ISRD-3; este, além de revelar uma alfa de *Cronbach* baixo (0,556), obteve uma pontuação média do escore muito pequena e as relações com os demais fatores não foram significativas. Esta condição merece ser refletida em estudos futuros ao incluir todos os fatores para mensurar o comportamento delinquente.

Face ao exposto, o ISRD 3 constitui uma medida válida e precisa no contexto cabo-verdiano, sendo viável a utilização tanto de suas escalas específicas como de seu índice em geral. Deve, por conseguinte, ser entendida como uma medida de comportamentos delinquentes e criminais, mesmo considerando-se que, até ao momento, esta versão (a terceira) só foi aplicada em apenas dois países (Finlândia e Dinamarca). Cabo Verde é o terceiro país a experimentar este instrumento. Os dados reportados relativos à caracterização da amostra do ponto de vista sociodemográfico, sexo, ano de escolaridade, local de recolha de dados e nacionalidade dos participantes foram constituídos especificamente pela população estudantil cabo-verdiana².

O conjunto dos resultados relativos aos fatores observados revelam que as medidas de supervisão dos pais, experiência relacionada com a escola, atividades de ocupação dos tempos livres, estrutura e coesão social do bairro de residência e valores antissociais apresentam uma prova favorável da confiabilidade do instrumento quanto ao construto. Considerando os procedimentos estatísticos utilizados para a adaptação, foi comprovada a precisão do ISRD-3 contemplando a organização dos fatores previamente observados por Enzmann e colaboradores (2010). Estes resultados estão direta e significativamente correlacionados entre si, tanto através de seus alfas quanto das correlações, embora conceptualmente sejam distintos em alguns dos fatores (Tabela 3).

Conclusão

Ao nível de qualquer país ou comunidade, o desvio e a delinquência juvenis, independentemente das formas que possam assumir, são mobilizadores de sentimentos e emoções, atitudes e comportamentos por parte da sociedade, pelo que é necessário conhecer o fenómeno para gerar respostas adequadas.

A partir do amplo questionamento que é possível realizar em torno dos comportamentos desviantes e antissociais entre os jovens adolescentes, verifica-se que em Cabo Verde pouco tinha sido feito em termos de investigação sobre o fenómeno. Contrariamente, ao nível internacional, a delinquência e a criminalidade têm despertado o interesse dos pesquisadores (Enzmann et al., 2010), constituindo uma tema desafiante ao nível da sua conceptualização e, mais ainda, ao nível dos instrumentos utilizados para aferir o fenómeno. Estes desafios

² Ensino Secundário - Este nível de ensino tem a duração de 6 anos lectivos dividido em 3 ciclos de ensino tendo uma particularidade de a partir do 3º ciclo estar vacacionada para a vida activa (cursos técnicos) ou para prosseguimentos de estudo (Via geral). Destina-se a jovens com idade de 12 a 17 anos, embora no ensino público tendo em consideração a limitação de recursos é permitido a frequência de jovens na idade entre 12 e 21 anos, pode ser cumprido tanto em escolas públicas como escolas privadas. Fonte: GEP do MED

conceituais e metodológicos vêm-se multiplicados e ampliados quando se procura desenvolver estudos em diferentes contextos culturais.

Embora O ISRD-3 não se circunscreva a uma teoria específica, integrando várias abordagens teóricas sobre a delinquência juvenil, considerando os vários estudos realizados, considera-se que se trata de um instrumento de medida que permite caracterizar e aferir de forma fiável a delinquência juvenil, pelo que foi adaptado ao contexto cabo-verdiano. Os resultados do presente trabalho indicam a confiabilidade e precisão do construto, reforçando a validade do instrumento.

Conclui-se que o objetivo do estudo foi conseguido, principalmente, no que diz à validação da ISRD-3 em Cabo Verde, podendo ser utilizado em várias áreas - psicologia, educação, assistência social, saúde, etc. Apesar de se ter em conta que os resultados neste estudo são confiáveis, atenta-se para a replicação do mesmo a outros contextos sociais e geo-políticos que contribua para a identificação dos aspectos mais específicos de cada cultura ou grupo e, até, aspectos transculturais.

Por um lado, é importante considerar as dimensões locais, específicas ou exclusivas (*emics*) da orientação de cada cultura, bem como, e não menos importante, avaliar as dimensões universais (*etics*) da cultura, com o objetivo de comparar os construtos estudados aqui em outros contextos geo-políticos e sociais (Muenjohn & Armstrong, 2007; Triandis, 1995; Van De Vijve & Leung, 1997).

Por fim, há que mencionar, a partir dos resultados do presente trabalho, alguns aspectos que devem ser explorados em estudos futuros: conhecer os aspectos que podem ser comuns e específicos, quanto ao excessivo consumo do álcool, bem como os motivos que levam a consumir; a aplicação do ISRD-3 em jovens pertencentes a famílias com diferentes dinâmicas de socialização; reunir evidências da validade e precisão intra, inter e pan-cultural, na validade critério ou convergente com construtos correlacionáveis; e conhecer a estabilidade temporal (teste-reteste) tanto para os grupos do presente estudo, como para outros grupos sociais.

Referências

- Boletim Oficial (2010). *Lei de Bases do Sistema Educativo cabo-verdiano em vigor*. Disponível em: www.incv.cv
- Briceño-León, R., & Zubillaga, V. (2002). Violence and Globalization in Latin America. *Current Sociology*, 50, 19-37.
- Cardoso, K. (2012). Thugs e violências: mitos, riscos e omissões. In J. Pureza, S. Roque & K. Cardoso (Ed.), *Jovens e trajetórias de violência: os casos de Bissau e da Praia* (pp. 19-56). Coimbra: Almedina.
- Clark, L. A., Watson, D. & Reynolds, S. (1995). Diagnosis and classification in psychopathology: Challenges to the current system and future directions. *Annual Review of Psychology*, 46, 121-153.
- Cortina, J. M. (1993). What is coefficient alpha? An examination of theory and applications. *Journal of Applied Psychology*, 78, 98-104.
- Enzmann, D., Marshall, I. H., Killias, M., Junger-Tas, J., Steketee, M. & Gruszczynska, B. (2010). Self-reported youth delinquency in Europe and beyond: First results of the Second International Self-Report Delinquency Study in the context of police and victimization data. *European Journal of Criminology*, 7, 159-183
- Espinosa, P. (2000). *Razonamiento moral y conducta social en el menor*. Tese de Doutorado. Universidade da Coruña, Espanha.
- Fernandes, G. (2009). *Estudo sobre os Jovens em conflito com a Lei em Cabo Verde*. Praia: Ministério da Justiça.
- Formiga, N. S. (2002). *Comportamentos anti-sociais e delitivos: uma explicação em termos dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa.
- Formiga, N. S. (2003). Fidedignidade da escala de comportamentos anti-sociais e delitivos ao contexto brasileiro. *Psicologia estudo*, 8(2), 133-138.
- Formiga, N. S. (2005). Comprovando a hipótese do compromisso convencional: Influência dos pares sócio-normativos sobre as comportamentos desviantes em jovens. *Revista psicologia ciência e profissão*, 25(4), 602-613.
- Formiga, N. S. (2009). Afiliação com pares sócio-normativos e comportamentos desviantes. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC)*, 10, 5-26.
- Formiga, N. S. (2010). Escala de exigência e responsividade parental: Evidência da estrutura fatorial em jovens da Paraíba, Brasil. *Psicologia Argumento*, 28, 209-224.
- Formiga, N. S. (2012). Socialização ética, sentimento anômico e comportamentos desviantes: Verificação de um modelo teórico em jovens. *Salud & Sociedad*, 3(1), 32-48.
- Frías, M. A., Sotomayor, M. P., Varela, C. B. C., Zaragoza, F. O., Banda, A. L. B. & García, A. S. (2000). Predictores de la delincuencia juvenil. *La Psicología Social en México*, 8, 486-492.

- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Censos de 2010*. Disponível em: www.inec.v.
- Junger-Tas, J. & Marshall, I. H. (1999). The Self-Report Methodology in Crime Research. *Crime and Justice*, 25, 291-367.
- Junger-Tas, J. & Marshall I. H. (2012). Introduction to the International Self-Report Study of Delinquency - ISR3D-2. In J. Junger-Tas et al. (Ed.). *The Many Faces of Youth Crime: Contrasting Theoretical Perspectives on Juvenile Delinquency across Countries and Cultures*(pp. 3-20). New York: Springer.
- Enzmann, D., Marshall, I. H., Killias, M., Junger-Tas, J., Steketee, M. & Gruszczyńska, B. (2010). *Self-reported youth delinquency in Europe and beyond: First results of the Second International Self-Report Delinquency Study in the context of police and victimization data*. *European Journal of Criminology*, 7(2), 159-183.
- Kynoch, G. (1999). From the Ninevites to the Hard Livings Gang: Township Gangsters and Urban Violence in Twentieth Century South Africa. *African Studies*, 58, 55-85.
- Kline, P. (1994). *An easy guide to factor analysis*. New York: Routledge.
- Lima, R. (2012). Delinquência juvenil coletiva na cidade da Praia: Uma abordagem diacrónica (pp. 57-82). In J. Pureza, S. Roque & K. Cardoso (Ed.), *Jovens e trajetórias de violência: Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: Almedina.
- Ministério da Administração Interna (2012). *Estatísticas Oficiais da Polícia Nacional 2005-2012*. Cidade da Praia: Ministério da Administração Interna.
- Ministério da Educação e Desporto (2011). *Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (Resen) Cabo Verde*. Cidade da Praia: Ministério da Educação e Desporto. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002171/217149por.pdf>
- Mokwena, S. (1991). *The Era of the Jackrollers: contextualizing the rise of the youth gangs in Soweto*. Seminar, N° 7. University of the Witwatersrand: Johannesburg, South Africa.
- Muenjohn, N. & Armstrong, A. (2007). Transformational Leadership: The Influence of Culture on the Leadership Behaviours of Expatriate Managers. *International Journal of Business and Information*, 2, 265-283.
- Pasquali, L. (2001). *Técnicas de exame psicológico - TEP. Manual de fundamentos das técnicas psicológicas*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Pinnock, D. (1984). *The Brotherhoods: Street Gangs and State Control in Cape Town*. Cidade do Cabo: D. Philip.
- PNUD (2010). *Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas: Desenvolvimento Humano Internacional Indicadores*. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/tables/default.html>
- Pureza, J., Roque, S. & Cardoso, K. (2012). *Jovens e trajetórias de violência: os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: Almedina.
- Ratele, K. (2008). Analysing Males in Africa: Certain Useful Elements in Considering Ruling Masculinities. *African and Asian Studies*, 7, 515-536.
- Ray, E. G. & Donham, L. (2006). *States of violence: Politics, youth, and memory in contemporary Africa*. VA: University of Virginia Press.
- Salo, E. (2006). Mans is ma soe. Ganging Practices in Manenberg. South Africa, and the ideologies of Masculinity, Gender, and Generational Relations. In Edna G. Ray e Donald L. Donham (Eds.), *States of violence: Politics, Youth, and Memory in Contemporary Africa* (pp. 148-175). VA: University of Virginia Press.
- Sankey, M. & Huon, G. F. (1999). Investigating the role of alienation in a multicomponent model of juvenile delinquency. *Journal of Adolescence*, 22, 95-107.
- Tabachnick, B. G. & Fidell, L. S. (1996). *Using multivariate statistics*. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Thornberry, P. & Krohn, M. (2000) The self-report method for measuring delinquency and crime. In D. Duffee (Ed.), *Measurement and Analysis of Crime and Justice* (pp. 33-84). Washington, DC: National Institute of Justice.
- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- UNICEF (2011). *Direitos das crianças e adolescentes em Cabo Verde: Relatório de análise da situação da Criança e Adolescente*. Disponível em: www.slideshare.net/ONGestao/relatorio-do-desenvolvimento-humano-201314/11/2013
- Van De Vijver, F. & Leung, K. (1997). *Methods and data analysis for cross-cultural research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications
- Wright, J. P., Cullen, F. T. & Miller, J. T. (2001). Family social capital and delinquent involvement *Journal of Criminal Justice*, 29, 1-9

* CIPsi, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian.

** CIPsi, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal. Faculdade de Psicologia, Universidade Lusófona do Porto, Portugal.

*** Faculdade Internacional da Paraíba / Laureate International Universities- João Pessoa, PB, Brasil.

**** CIPsi, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.